

COMUNA DE OAXACA: DA LUTA DOCENTE AO DUPLO PODER

Oaxaca Commune: from the teaching struggle to dual power

Michel Goulart da Silva
Instituto Federal Catarinense (IFC), Blumenau, SC, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 17/06/2024

Aceito em 01/08/2024

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p468-479>

Copyright (c) 2024 Michel Goulart da Silva.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

SILVA, Michel Goulart da. Comuna de Oaxaca: da luta docente ao duplo poder. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 49, n. 262, p. 468-479, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n262.p468-479>

Resumo

Este artigo procura analisar a experiência de mobilizações que levou à constituição da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), em Oaxaca, no México. Procura-se mostrar os elementos da conjuntura mais ampla do país, em especial a situação política aberta pelas eleições presidenciais e por greves em outras regiões em 2006. Nesse contexto, a partir de uma greve docente, constituiu-se um amplo movimento que ganhou o apoio do conjunto da população de Oaxaca. Esse processo é analisado a partir das notícias publicadas pela imprensa operária da época, discutindo as lutas ocorridas no México a partir da ideia de duplo poder.

Palavras-chave: México. Oaxaca. Greve. Duplo poder.

Abstract

This article seeks to analyze the experience of mobilizations that led to the creation of the Popular Assembly of the Peoples of Oaxaca (APPO), in Oaxaca, Mexico. The aim is to show elements of the country's broader situation, in particular the political situation opened up by the presidential elections and strikes in other regions in 2006. In this context, based on a teaching strike, a broad movement was formed that won the support from the entire population of Oaxaca. This process is analyzed based on news published by the workers' press at the time, discussing the struggles that took place in Mexico based on the idea of dual power.

Keywords: Mexico. Oaxaca. Strike. Double power.

Em 2006, na cidade de Oaxaca, no México, os trabalhadores protagonizaram importantes lutas, que provocaram uma profunda instabilidade política, afetando inclusive a gestão do governador Ulises Ruiz Ortiz, do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Desse processo, que teve como vanguarda os trabalhadores do magistério, organizados em torno à Seção XXII da Coordenação Nacional de Trabalhadores da Educação (SNTE-CNTE), surgiu a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), que passou a funcionar como um organismo de duplo poder, agrupando cerca de 365 organizações operárias, sociais e

populares. Sua influência se estendeu sobre grande parte da cidade, de alguns municípios do estado de Oaxaca e mesmo de parte dos meios de comunicação.

O processo político de Oaxaca pode ser inserido no contexto de revoltas populares que ocorreram naquela década no conjunto da América Latina, como no Equador e na Bolívia em 2000 e na Argentina em 2001. Nesse contexto, como resposta às demandas populares, se constituíram governos formados por partidos de centro ou mesmo de esquerda, constituindo uma chamada “onda progressista”. No México, a possibilidade de um governo que, de forma ampla, poderia ser caracterizado como progressista, na figura de Andrés Manuel López Obrador, foi adiada por conta da fraude eleitoral ocorrida em 2006. Esse fato somente se deu em dezembro 2018, quando outros países começavam a ser governado por setores reacionários, como foi o caso do Brasil. No México, nesse ano, Lopez Obrador se tornou presidente, concorrendo pelo Movimento Regeneração Nacional (MORENA).

Esse conjunto de mobilizações que atravessaram o México foi uma resposta ao processo de crise político e de atrelamento da economia do país aos Estados Unidos. Desde meados da década de 1970, como resposta à crise vivida no mundo naquele contexto, no México se deu o estímulo às chamadas *maquiladoras*, “um setor manufatureiro de capital estrangeiro voltado para exportação, mas que pouco se articula às cadeias produtivas nacionais e gera baixo valor agregado” (Santos, 2018, p. 569). Observa-se um processo “em que a *maquiladora* ganha centralidade em lugar da indústria voltada para o mercado interno” (Santos, 2018, p. 570).

Esse processo de atrelamento do México com os Estados Unidos se aprofundou com a constituição do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA), um tratado de livre comércio do México com Estados Unidos e Canadá, que se constituiu a partir de 1994. Esse processo impactou na vida dos trabalhadores, que se viram presos nesse modelo. Em 1999, por exemplo, “dois terços das *maquiladoras* no México eram de propriedade estadunidense, empregando quase três quartos dos trabalhadores do setor” (Santos, 2018, p. 576). Como consequência desse processo, o México ainda tinha recentemente

[...] um dos níveis de pobreza e exclusão mais altos da América Latina, a distribuição de renda não tem melhorado substancialmente nas últimas

décadas e as condições laborais e de vida continuam sendo inadequadas para uma grande parte da população mexicana (Manso, 2020, p. 385).

O processo da “Comuna de Oaxaca” foi marcado pela utilização de métodos de luta como greve geral, desenvolvendo uma mobilização política contra o poder estatal e as forças de repressão. Não seria exagero afirmar que foi “uma das lutas populares mais elevadas - senão a de mais alto nível político-revolucionário - de todas as que vêm sacudindo a América Latina há alguns anos” (Dantas, 2016, p. 39). Havia no México uma situação de profundas contradições políticas e sociais, onde a imposição como futuro presidente, mediante fraude, de Felipe Calderón Hinojosa, do Partido de Ação Nacional (PAN), levou a mobilizações de milhões de pessoas, como as que ocorreram no mês de julho no Distrito Federal. Mas, apesar da importância do conjunto de mobilizações em todo o país, certamente foram as lutas em torno da APPO o ponto mais alto do descontentamento nacional, superior inclusive às mobilizações contra a fraude eleitoral, mostrando um “exemplo vivo de como os trabalhadores vão forjando, no calor da luta de classes, organismos que são ao mesmo tempo ferramentas para conquistar suas demandas e um embrião de um poder operário e popular e antagônico ao poder da burguesia” (Jinkings, 2006).

Essa situação de duplo poder ocorreu em diferentes momentos nos últimos séculos, entre outros, como na Comuna de Paris (1871), na Revolução Russa (tanto em 1905 quanto em 1917), na Bolívia (com a Central Obrera Boliviana, na década de 1950) e no Equador (por meio do Parlamento dos Povos, em 2000). Embora seja preciso considerar as particularidades, não se trata de um processo totalmente inédito. Segundo Mandel:

Soviets, conselhos de trabalhadores, comitês de massa, e outros órgãos de democracia direta surgiram durante o século XX como a forma clássica de auto-organização operária em praticamente todos os casos em que uma revolução autenticamente proletária se havia iniciado – isto é, uma revolução popular na qual os assalariados eram a maioria, ou uma minoria importante, dos participantes do processo revolucionário (Mandel, 1980, p. 50).

Este artigo procura analisar essa experiência de lutas e mobilizações que marcaram há cerca de vinte anos o México. Para tanto, procura-se mostrar os elementos da conjuntura mais ampla do país, em especial a situação política de 2006. Na sequência, são narrados

alguns dos elementos que constituíram a experiência de lutas de Oaxaca. Para tanto, esse processo, analisado a partir da imprensa operária da época, localiza as lutas ocorridas no México a partir da ideia de duplo poder, partindo das mobilizações iniciadas com a greve docente e que, diante da violência do Estado, ganharam o apoio e a mobilização do conjunto da população de Oaxaca.

OS ANTECEDENTES

Em abril, no estado de Michoacán, governado por Cárdenas Batel, do Partido da Revolução Democrática (PRD), os trabalhadores da fábrica metalúrgica Sicartsa realizavam uma greve, com ocupação dos locais de trabalho, em defesa da autonomia de sua organização e contra a ingerência direta do governo sobre o sindicato. O secretário-geral do sindicato havia sido retirado de sua função pelo governo depois de denunciar a responsabilidade estatal no massacre de Pasta de las Conchas, onde 65 mineiros morreram em um acidente industrial. A greve foi considerada ilegal pela Secretaria do Trabalho, que expediu uma ordem de desalojamento das ocupações. Foram deslocados mais de oitocentos efetivos da polícia estatal, Polícia Federal Preventiva (PFP) e grupos especiais para cumprir a ordem judicial. Equipada com gases lacrimogêneos, balas de borracha e armas de fogo, a polícia provocou a morte de dois operários, produto de tiros de arma de fogo.

Em San Salvador Atenco, no mês de maio, houve uma grave crise que teve início em função da negativa do governo municipal de Texcoco, do PRD, em outorgar aos camponeses um espaço público para a venda de seus produtos. O massacre se deu pela tentativa da polícia de desalojar comerciantes de flores e outros camponeses, quando vendiam os produtos por eles cultivados. O resultado da repressão foi brutal: um garoto foi morto e 207 pessoas foram presas. Entre os presos, estava o dirigente da Frente de Defesa da Terra, Ignacio Valle. Várias mulheres denunciaram ter sido violadas pela polícia no traslado até a prisão.

Pouco depois, no dia 6 de julho, terminou a contagem dos votos das eleições presidenciais, quando, segundo os dados oficiais, Felipe Calderón ganhou com uma vantagem inferior a 1% em relação ao outro candidato, Andrés Manuel López Obrador, do PRD. Estava colocado desde o início do processo a suspeita de fraude, diante do que se

afirmava na época: “Vários meios têm assinalado que pode repetir-se, nas próximas eleições, o ocorrido em 1988, quando roubaram a eleição do candidato do PRD, Cuauhtémoc Cárdenas” (Oviedo, 2006a). Em 2006, Lopez Obrador e o PRD tiveram uma votação expressiva, ganhando em 155 dos 300 distritos eleitorais e em 16 dos 32 estados mexicanos, inclusive nos três mais populosos; na capital do país, obteve quase 50% dos votos. Um dia após as eleições, o Programa de Resultados Eleitorais Preliminares (PREP) divulgou resultado que descartou quase três milhões de votos, alegando problemas nas atas eleitorais. Na época foram publicadas pelo jornal *La Jornada* fotos de cédulas e atas eleitorais no lixo.

No dia 16 de julho, Lopez Obrador liderou uma grande manifestação na praça central da capital federal, reunindo cerca de um milhão de pessoas. O ex-candidato denunciou que havia uma operação “para burlar a vontade popular, chamou à conformação de um comitê de resistência civil e convocou a reunir o dobro de manifestantes em quinze dias” (Rieznik, 2006). Embora reivindicando apenas que os votos fossem novamente contados, as ações de Obrador não conseguiram total apoio dentro do seu próprio partido.

Embora se limitando a reivindicar que os votos fossem novamente contados, as ações de Obrador não conseguiram total apoio dentro do seu próprio partido. A maioria da direção do PRD “– os governadores, deputados e senadores – e a totalidade da burguesia mexicana (inclusive a que o havia apoiado na campanha eleitoral), era partidária de uma oposição ‘institucional’ no quadro do parlamento” (Oviedo, 2006c). A proposta de Obrador para a constituição de um “governo paralelo” foi mais uma agitação para mobilizar a população em seu apoio do que uma ação concreta, negando-se a levar adiante ações decisivas para impedir o ascenso ao poder de Calderón, como o chamado a uma greve geral.

Centenas de milhares de pessoas se mobilizaram para assistir à “posse de protesto” de “presidente legítimo” Obrador, que na ocasião apresentou um programa que combinava o chamado à defesa da “soberania nacional” com propostas de controle aos monopólios, fazendo também um chamado à “democratização” mediante um “novo marco institucional”. Diante dos limites estratégicos das propostas timidamente reformistas de Obrador, os trabalhadores procuram seu próprio caminho, como os do setor açucareiro, que paralisaram 58 engenhos em todo o país.

Nesse contexto, Calderón assumiu um governo débil, sustentado pelo apoio da patronal e das multinacionais norte-americanas e europeias, como a Telefônica da Espanha.

Seu principal apoio vinha dos pactos com o PRI no Congresso, que era a primeira força no que se refere aos governos nos estados, embora com pouco prestígio e credibilidade entre as massas.

DA LUTA DOCENTE AO DUPLO PODER

O processo de lutas em Oaxaca começou em 22 de maio, quando o seu sindicato (SNTE-CNTE), que representava cerca de 70.000 trabalhadores da educação, iniciou greve com uma pauta que reivindicava principalmente reajuste salarial. Logo nas primeiras semanas, diante da negativa do governo em negociar, deram-se algumas importantes mobilizações e ações de luta, como a ocupação das instalações da Petróleos Mexicanos (PEMEX), bloqueios de estradas e a instalação de um plantão permanente na praça central e nas ruas principais da cidade. Outros setores sociais (além dos professores, pais e alunos, estudantes universitários e trabalhadores de outras categorias, principalmente da saúde) se incorporaram à luta dos trabalhadores da educação, unidade essa vista em uma marcha realizada no dia 6 de junho, que reuniu mais de cem mil pessoas, e na ação dos estudantes que fecharam a Universidade Autónoma Benito Juárez (UABJO).

Os governos local e federal tentaram pôr fim ao movimento, através de brutal repressão, como na tentativa de desalojar dezenas de milhares de pessoas que ocupavam a praça central de Oaxaca, na madrugada de 15 de junho. Eles foram bombardeados de helicópteros e, quando a polícia entrou na praça, o fez atirando. Contudo, retomando o controle do centro da cidade, "os professores e quem os apoiava se reagruparam, resistiram e obrigaram a polícia a abandonar a praça central" (Oviedo, 2006b). Diante da repressão comandada pelo então governador Ulises Ruiz, os professores mobilizados encontraram uma resposta forte, firme e combativa. "O reajuste salarial dos professores foi para segundo plano, o movimento, que articulou vários sindicatos e organizações sociais locais levantou a bandeira política de poder" (Dantas, 2016, p. 36). Paulatinamente, a luta da seção local do SNTE-CNTE foi se generalizando e aglutinando setores dos trabalhadores, camponeses, indígenas, além de amplos setores populares, entre os quais se destacam os pais de família. Nesse cenário, o controle da capital de Oaxaca era feito pelo povo. "Os policiais estavam

aquartelados ou atuando à paisana. De igual modo, as secretarias do governo estavam fechadas ou atuando fora do espaço físico oficial” (Carrano, 2018.p. 59). Formou-se um cenário onde havia um governo com pouca legitimidade, na defensiva e com escassa base social, e um movimento político de massas, de oposição ao governo, e que começou a controlar a capital do estado.

O desenvolvimento das lutas e as iniciativas de organizações deram origem à APPO, integrada pelo magistério e organizações como a Promotora contra o Neoliberalismo de Oaxaca, a Frente Sindical de Organizações Democráticas de Oaxaca (FSODO) e representantes de outros municípios do estado. De forma crescente, a APPO atuou como um poder alternativo, com importante domínio territorial e questionando os poderes constituídos do Estado. Cabia a esse poder, além da “ocupação de repartições públicas na capital e no interior, organizar esquadrões de autodefesa, barricadas, ocupar e dirigir canais de TV e rádios, a Comuna de Oaxaca” (Dantas, 2016, p. 54). Suas consignas principais eram “Autodefesa contra a repressão” e “Fora o governador priista Ulises Ruiz Ortiz”. Centralizando as lutas e organizando bloqueios de estradas, comércios e hotéis, e ocupando edifícios oficiais (principalmente palácios municipais e tribunais locais) e a Casa de Governo, a APPO se postou como um verdadeiro poder em Oaxaca.

Além disso, a APPO organizou o boicote à tradicional festa da Guelaguetza, a serviço do governo e dos empresários. Organizou o “Honorable Cuerpo de Topiles” e a “Polícia Magisterial de Oaxaca” (Pomo), que começaram a funcionar como comitês de autodefesa. Parte importante da cidade esteve controlada pela APPO, exercendo sua autoridade sem a presença da polícia municipal ou de outra força pública. A APPO determinava o controle nos mercados, negócios e serviços. O centro da cidade e as rádios tomadas eram protegidos por barricadas, com guardas rotativas para impedir a entrada das forças repressivas. Papéis semelhantes cumpriram os bloqueios nas principais estradas de acesso à cidade. O acampamento na praça central (apoiado na “rádio plantón”, que mantinha a comunicação do movimento), era o centro do poder comunal.

Nesse processo de luta, outros setores das classes trabalhadoras do estado de Oaxaca fizeram sentir seus métodos de ação, como os trabalhadores da saúde que, em agosto, paralisaram 15 hospitais e 650 centros de saúde, ou a Paralisação Cívica que mobilizou 80.000 trabalhadores. No restante do estado de Oaxaca, prefeituras foram

tomadas, organizando o apoio e a solidariedade com a APPO, começando a integrar-se à mesma, ainda que nesses locais não tivesse se generalizado uma situação de duplo poder similar à que se vivia na capital.

Depois de um grande impasse, pois, ao mesmo tempo que tinha a intenção de dissolver a luta em Oaxaca, também não podia aumentar ainda mais a crise política que atravessava o país com as outras lutas e a crise causada pelas eleições fraudadas, o presidente Fox decidiu intervir de forma mais violenta em Oaxaca. Diante da crise política, em âmbito nacional, “o governo federal então resolveu esperar mais um pouco e, uma vez anunciada a ‘vitória’ do candidato governista, resolveu intervir em Oaxaca” (Sánchez, 2006). No dia 29 de outubro, Oaxaca amanheceu cercada pelas tropas federais. Essa ocupação foi assim descrita na época: “Durante todo o dia, cerca de 4 mil militares, com tanques e helicópteros, desataram uma violenta repressão sobre os professores, indígenas, desempregados, sindicalistas e estudantes” (Toledo, 2006). Essa ação repressiva deixou um saldo de três mortos e vários feridos. Com auxílio da polícia estadual e de milícias paramilitares ligadas ao PRI, as forças federais atuaram de maneira brutal em todo o estado, com objetivo de dismantelar a APPO, prendendo, torturando, assassinando, sequestrando e estuprando.

O povo insurgente mudou de tática, voltando todas as suas ações para manter a cidade em seu poder e assegurar a vida de todos. Com isso, ao mesmo tempo em que eram realizadas grandes marchas, na tentativa de pressionar para a derrubada do governador Ulises Ruiz Ortiz, o povo se concentrava na proteção das barricadas e dos plantões junto aos prédios ocupados. No congresso de constituição da APPO, que reuniu 1.700 delegados eleitos em assembleias de base (representavam os bairros, as barricadas, as comunidades indígenas e camponeses, trabalhadores e estudantes), aprovou-se um plano de ação para recuperar o centro de Oaxaca e obrigar a PFP a abandonar a região, reforçando a consigna de “Fora Ulises” e elegendo para um Conselho Popular 260 pessoas (em sua maioria oriundos das comunidades indígenas).

Em 25 de novembro, foi realizada uma nova marcha, que percorreu cerca de 6 km, pedindo a saída de Ulises Ortiz, a retirada das tropas da PFP e a libertação dos presos políticos. Nesse dia, houve três mortes, dezenas de desaparecimentos, centenas de presos e mais de 140 feridos. Os ataques eram feitos com armas de fogo de alto calibre, gases lacrimogêneos, pedras e tanques. Os homens da PFP entraram nos hospitais para deter os

feridos. Entraram em ação as “caravanas da morte”, caminhonetes brancas com paramilitares fortemente armados atacando barricadas e pontos estratégicos da APPO.

Em dezembro, a APPO, sem ter um veículo de comunicação nem um local seguro para se organizar, estava na clandestinidade. Mesmo assim, teve forças para convocar o povo a tomar as ruas e resistir a toda repressão, que começou a chegar em vilarejos indígenas ao redor da capital. Em meio à repressão estatal, o número de pessoas torturadas e presas aumentou.

BALANÇO E LIÇÕES

Em um balanço mais superficial pode-se fazer uma ligação direta dos fatos ocorridos em Oaxaca com a crise política causada pela fraude eleitoral. Contudo, é perceptível que havia desde antes da eleição um processo de crise social, que fazia com que se mobilizassem os setores mais explorados da sociedade. Obrador lutava pela “legalidade” para tentar chegar ao governo, se apoiando nos trabalhadores e setores mais pobres da pequena burguesia. Contudo, seu objetivo não conduzia no sentido de que esses setores se organizassem para lutar pelas suas próprias reivindicações: Obrador queria apenas ter seus votos novamente contados. Isso ficou evidente em sua negativa de chamar uma ação mais radicalizada, como uma greve geral, ou em não defender que os trabalhadores se auto-organizassem.

Uma segunda reflexão tem a ver com a violência de Estado. Embora os reformistas encarem a violência de Estado como um fator excepcional, que acontece apenas em ditaduras ou sob o fascismo, tanto Oaxaca quanto outras lutas demonstram que essa violência é desatada em qualquer situação em que o poder da burguesia esteja ameaçado. Se um governante perde a legitimidade e mesmo se a legalidade constituída é questionada, usa-se a violência extrema, que faz parte da própria natureza do Estado.

Em Oaxaca, o fato de surgir um novo organismo de poder, que agrupava os setores explorados da sociedade, e de ficar colocada a possibilidade de uma ruptura na normalidade das instituições do Estado burguês, foram motivos suficientes para que se reprimisse, prendesse, torturasse e estuprasse. O Estado – os prefeitos, o governador, os presidentes Fox e Calderón, os parlamentares, além do próprio Obrador, que preferiu não apoiar as lutas de

Oaxaca – precisava mostrar quem “legalmente” era o poder, para isso apelou ao terror “oficial”.

Um último aspecto fundamental para reflexão é referente a forma de organização surgida em Oaxaca, mais precisamente a APPO e os organismos a ela vinculados, sendo um exemplo de como os trabalhadores vão forjando, no calor da luta de classes, organismos que são ao mesmo tempo ferramentas para conquistar suas demandas e um embrião de um poder operário e popular, antagônico ao da burguesia. Essas experiências de construção de organismos de poder por parte dos trabalhadores foram assim descritas por Mandel (1980, p. 53):

Um comitê democraticamente eleito, responsável perante uma assembleia geral de trabalhadores, e unificando todas as fábricas em greve, é o protótipo clássico dessa forma de auto-organização. E quando esse conselho de delegados dos grevistas abarca uma grande parte da população de uma grande cidade, então sua estrutura começa a ir além das necessidades limitadas de uma luta puramente econômica. Organiza as finanças, defesa, abastecimento de alimentos, informação, solidariedade, relações públicas (notícias para a imprensa etc.), transporte.

Essa forma de organização está vinculada diretamente à mobilização de massas, sendo produto das lutas concretas e das necessidades dos trabalhadores, que dão a eles um sentimento de força de classe. Esse tipo de organização é superior aos sindicatos, afinal compreende a totalidade dos trabalhadores organizados, e aponta para uma nova forma de organização da sociedade e do Estado. É o poder dos trabalhadores em uma forma embrionária, ou seja, uma forma de poder que paulatinamente se fortalece antes mesmo da derrubada do Estado burguês. Esse Estado em construção pode antecipar tarefas de organização de produção, de distribuição e de autodefesa.

Em Oaxaca, a APPO se tornou um embrião de organismo de poder, colocando em lados opostos o poder real e de fato, representado pelos trabalhadores, contra o poder “oficial”, reconhecido pela burguesia e pelo Estado. Essa situação de dualidade de poderes foi dissolvida pela dispersão da APPO diante da violência das forças repressivas do Estado. Passados mais de quinze anos, ao analisar a experiência das lutas em Oaxaca, percebe-se como a APPO apontava para a possibilidade concreta de superação do poder burguês por

meio da organização dos trabalhadores. Essa experiência e suas lições mostram não apenas a possibilidade do poder do proletariado, mas também a necessidade do socialismo e da construção de um partido revolucionário.

REFERÊNCIAS

CARRANO, Pedro. *História da Comuna de Oaxaca*. Curitiba: Appris, 2018.

DANTAS, Gilson. *México rebelde: Oaxaca, uma comuna do século XXI*. 2ª ed. São Paulo: Iskra, 2016.

JINKINGS, Dani. "Um salto de qualidade na auto-organização das massas". *Palavra Operária*, São Paulo, n. 26, outubro 2006.

MANDEL, Ernest. *Trotsky: um estudo da dinâmica do seu pensamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MANSO, Antonio Palazuelos. "México e 'seu momento': a história de um fracasso". In: *América Latina na encruzilhada*. São Paulo: Autonomia, 2020.

OVIDO, Luis. "México es un volcán: Massacres, movilización y crisis política". *Prensa Obrera*, Buenos Aires, n. 946, 18 maio 2006a.

OVIDO, Luis. "La huelga piquetera de los maestros de Oaxaca". *Prensa Obrera*, Buenos Aires, n. 952, 29 junho 2006b.

OVIDO, Luis. "El seguidismo a López Obrador lleva a la derrota". *Prensa Obrera*, Buenos Aires, n. 974, 30 novembro 2006c.

RIEZNIK, Pablo. "Rebelión popular contra el fraude." *Prensa Obrera*, Buenos Aires, n. 956, 27 julho 2006.

SANCHEZ, Bruno. "México rebelde: uma situação política e social explosiva e uma imensa crise institucional varrem o país." *Opinião Socialista*, São Paulo, n. 282, 23 novembro 2006.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018.

TOLEDO, Cecília. "Governo Fox promove massacre em Oaxaca." *Opinião Socialista*, São Paulo, n. 280, 2 novembro 2006.

Dados de autoria

Michel Goulart da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal Catarinense (IFC). E-mail: michelgsilva@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3281-3124>.